

A classe trabalhadora precisa participar da vida pública de seus municípios

A organização da classe trabalhadora apresenta-se através das organizações representativas de classe, os sindicatos, que lutam pela defesa e garantia dos trabalhadores.

Por isso, é importante o engajamento dessas entidades na vida político-social dos locais onde residem.

Nessa perspectiva, observa-se de forma positiva a luta política de filiados dessas entidades que buscam lutar por uma sociedade mais igualitária.

Dentro da base do Sindsep/MA, existem vários filiados que estão colocando o seu nome para uma avaliação social dos locais onde moram, sempre no intuito de colocar em prática as políticas públicas defendidas pela entidade.

Ontem, 13, o Partido dos Trabalhadores (PT), realizou a sua convenção em Bernardo do



Mearim – MA, com a Léia Pereira e Antônio dos Santos Neto (Neto Veado).

Antônio dos Santos Neto é servidor do Ministério da Saúde, em Bernardo do Mearim, e é filiado ao Sindsep/MA.

A entidade observa com bons olhos a participação dos seus filiados nas eleições municipais de 2020, pois abre um leque

de possibilidades no intuito de discussões e efetivações de leis em prol da classe trabalhadora.

Estiveram presentes ao evento o presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira, Manoel Lages (presidente da CUT/MA e diretor da Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças do Sindsep/MA), e Cícero Aragão (diretor da Regional de Pedreiras).

“Aqui não usamos agrotóxico e nem queimada”: o assentamento que o Incra quer despejar

"Desde 2010, dialogávamos sobre a produção agroecológica, as famílias já tinham o entendimento de que aqui não podemos usar agrotóxicos, que o legal é você plantar e tirar da natureza o sustento, sem agredir o meio ambiente, sem agrotóxicos e queimadas". A afirmação é de Maristela Cunha, uma das assentadas do Assentamento Jacy Rocha, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado em Prado, extremo-sul da Bahia.

Agora, com a ameaça do Incra, que pretende despejar alguns assentados, Cunha está preocupada, mas segue otimista com o desfecho do imbróglio.

A área de 30 mil hectares, onde está o Jacy Rocha e vivem 227 famílias, foi resultado de um acordo, em 2010, com a Suzano Papel e Celulose e a Fibria S/A, empresas que se uniram em 2020. A área foi reconhecida como assentamento pelo Incra em 2015. No ano seguinte, 2016, o movimento organizou a partilha dos lotes entre as famílias, de acordo com as aptidões.

Em dez anos, o Jacy Rocha se tornou referência em agroecologia. A produção de alimentos saudáveis se tornou uma bandeira no assentamento que, em 2012, criou a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, onde oferece dois cursos, o Técnico

em Agroecologia, reconhecido pela Secretaria de Educação da Bahia, e uma Especialização em Educação do Campo e Agroecologia, em parceria com a Fiocruz.

Além disso, na Egídio Brunetto, 800 famílias do extremo sul da Bahia aprenderam a ler e escrever. “Essa escola está nesse território desde 2012 e ela tem um papel fundamental dentro do território, dentro do movimento. A escola é mantida aberta para os 15 assentamentos que abrigam 1,5 mil famílias na região, que estão espalhados entre cinco municípios: Eunápolis, Itamaraju, Mucuri, Prado e Santa Cruz de Cabrália.

Matéria completa em cut.org.br/noticias



Preços de alimentos disparam com desmonte da Conab e apoio ao agronegócio

O descontrole dos preços dos alimentos voltou a assombrar a população brasileira. Segundo dados do IPCA do IBGE, o arroz, acumula alta de 19,25% no ano e o feijão, dependendo do tipo e da região, já tem inflação acima dos 30%. O feijão preto acumula alta de 28,92% e o carioca, de 12,12%. Destacam-se ainda a elevação nos preços do tomate (12,98%), do leite longa vida (4,84%) e das frutas (3,37%). Mas para além desses índices, os preços estão subindo descontroladamente nos últimos dias.

E os maiores vilões da alta dos preços não são os supermercados e empresários como Bolsonaro quer fazer acreditar. Na verdade, o grande culpado pelo que vem acontecendo no Brasil é o Governo Federal e seu incentivo ao modelo de produção do agronegócio, a monocultura, que prioriza produtos para a exportação, em detrimento da Agricultura Familiar no Brasil, responsável por cerca de 70% do que vai à mesa dos brasileiros. O que o agronegócio não produz é a agricultura familiar quem dá conta.

Mas tudo o que o governo Bolsonaro tem feito é retirar recursos da agricultura familiar e de políticas públicas que garantem segurança alimentar.

A Conab

O desmonte da Conab é mais um exemplo do quanto o desgoverno Bolsonaro tem sido nocivo para os brasileiros e brasileiras. A Conab é uma das estatais na mira de Bolsonaro para ser privatizada. Em 2019, o governo fechou 27 armazéns da Conab

responsáveis pela distribuição e controle dos alimentos e de seus preços, combate à fome, proteção a pequenos agricultores, atuação em casos de desastres ambientais, entre outras políticas.

Nesses armazéns da Conab, eram estocados os alimentos produzidos pela agricultura familiar e comprados pelo governo. Quando os alimentos apresentavam alta de preços, o governo vendia os estoques por preços mais baixos, exercendo um controle. Em 2013, o país tinha 944 toneladas de arroz estocados, em 2015, mais de 1 milhão de toneladas. Hoje, são apenas 22 toneladas, o que não garante nem uma semana de consumo no país. Atualmente, o agronegócio controla os preços e consegue obter mais lucro vendendo a produção para outros países, devido à alta do dólar, desabastecendo o mercado nacional.

Importante destacar que além de fechar os armazéns da Conab, o governo está promovendo o desmonte do órgão como um todo e a desvalorização de seus trabalhadores. Desde junho de 2019 que os servidores tentam negociar o seu ACT sem sucesso.

Desemprego

Outro fator que influencia a alta dos preços é o recorde histórico do desemprego no Brasil, graças à política econômica deste governo. Quando a pandemia chegou ao país, entre fevereiro e março, o mercado de trabalho local já vivia uma situação trágica. O Brasil possuía em torno de 40% da força de trabalho na informalidade. No início de março, mais de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras estavam de-

sempregados. Mais cinco milhões em desemprego por desalento (aqueles que estão desempregados, mas não estão à procura de emprego). Com a soma, eram 17 milhões. Isso em dados oficiais. Estávamos com altos níveis de subemprego. E o único trabalho que se expandia era o trabalho uberizado com baixa remuneração. Com a pandemia, a situação se tornou ainda mais trágica.

Um dos resultados diretos do desemprego é a redução do poder de compra da população. Com a queda nas compras, os preços dos alimentos também sobem. A explosão dos preços coincide com os reflexos da pandemia, quando milhares de pessoas, em especial as mais pobres, foram demitidas ou tiveram a renda reduzida. No caso dos informais que dependem das ruas para vender seus produtos, a renda foi zerada.

Como baixar os preços?

O governo conseguiria reduzir os preços dos alimentos se voltasse a investir em políticas públicas, como a de abastecimento e controle de preços dos alimentos e proteção à agricultura familiar. Mas Bolsonaro já disse que não irá intervir.

Desde o início da pandemia, as entidades que representam os trabalhadores na agricultura familiar já alertavam para a possibilidade de alta nos preços nos alimentos, uma vez que o governo deixou de repassar crédito para produção e comercialização de seus produtos e os estoques da Conab foram zerados.

Fonte: **Sindsep-PE**